

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO MAURO TAPETY

---

Parecer nº \_\_\_\_/2014 da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO sobre o Projeto de Lei nº 11 de 17 de março de 2014  
(Mensagem nº 15/GG).

**EMENTA:** ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 6.101, DE 18 DE AGOSTO DE 2011, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÕES SOCIAIS A ENTIDADES OU INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, SEM FINALIDADE LUCRATIVA E QUE MANTENHAM, EM FUNCIONAMENTO REGULAR, ESCOLAS ALTERNATIVAS AO SISTEMA DE ENSINO..

1. **RELATÓRIO:**

O presente Projeto de Lei nº. 11 de 17 de Março de 2014 tem como objetivo alterar o Anexo Único da Lei nº. 6.101 de 18 de Agosto de 2011, no sentido de acrescentar 02 (duas) organizações não governamentais.

A mencionada Lei Ordinária Estadual dispõe sobre a autorização do Poder Executivo em conceder Subvenções Sociais a entidades ou instituições públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham, em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino

No Anexo Único constam a relação das instituições beneficiadas.

Com a aprovação da presente proposta, incluir-se-á as seguintes instituições: Fundação Rio Guaribas – FUNRIO e Academia de Medicina do Piauí.

Após análise de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade através da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO MAURO TAPETY

momento que se incluíram 06 (seis) emendas aditivas, as quais acrescentaram outras entidades a relação constante no Anexo Único, tendo sido aprovado, os autos foram encaminhados a esta Comissão, os quais se encontram sob minha relatoria.

**2. FUNDAMENTAÇÃO:**

Nos termos das normas regimentais desta Casa, recebi a vertente proposição para emitir parecer sobre a operacionalização funcional, observando sua adequação aos princípios e normas insculpidos na Constituição Federal/88, Constituição Estadual e normas atinentes ao tema.

Analisando a viabilidade da presente alteração, conclui-se que o objetivo proposto está em plena harmonia com os ditames legais aplicáveis à espécie, no sentido de fomentar, contribuir e melhorar o Sistema de Ensino Básico do Piauí e fortalecendo as instituições filantrópicas, em busca do Desenvolvimento deste Estado.

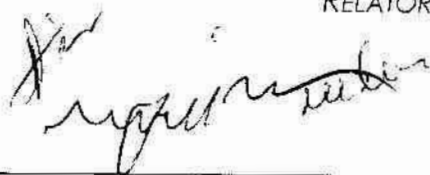
**3. CONCLUSÃO:**

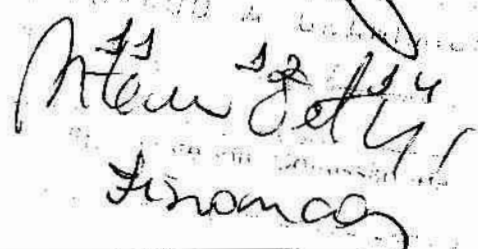
Por todo exposto, manifesto-me, sob os aspectos que ora nos cabe examinar a matéria, favoravelmente ao Projeto de Lei nº 11, de 17 de Março de 2014.

É como voto.

Sala das Comissões, aos \_\_\_\_ de novembro de 2014.

  
MAURO TAPETY  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR



  
Finanças



## Assembléia Legislativa

12 12 14  
Antonio Felix  
Finanças

O Relator aprova as seguintes  
emendas:

- 1) Dep. Antonio Felix - Associação da  
Mecânica da Comunidade  
Maca
- 2) ISMAEL MARQUES - ASS. Beneficente  
da Comunidade  
Luz Kar de L.
- 3) Dep. Heitor Soares - Fundação Joazeiro  
da Moura Lago
- 4) Filha da Costa  
Velo
- 5) Conselho Comunitário  
de Apoio Municipal
- 6) Dep. Luciano Nunes - ASS. de Apoio  
do Livro



**COMISSÃO DE FINANÇAS**

MENSAGEM DO GOVERNO no. 15/GG, PROJETO DE LEI Nº 11, 17 DE MARÇO DE 2014, que:

**“Altera o Anexo Único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder a Subvenções Sociais a entidades ou instituições públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham, em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino.”**

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. MAURO TAPETY

**I – RELATÓRIO**

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma do inciso XVIII do art. 102 da Constituição Estadual/89, que normatiza a competência privativa do governador da iniciativa de proposição que objetive celebrar convênios ou acordos com entidades de direito privado, sujeitos a “referendum” pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

No caso em tela o Governador do Estado do Piauí propõe um projeto de lei que “Altera o Anexo Único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder a Subvenções Sociais a entidades ou instituições públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham, em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino, contemplando com este projeto entidades de direito de privado que prestam relevantes serviços ao cidadão piauiense.

## II – VOTO DO RELATOR

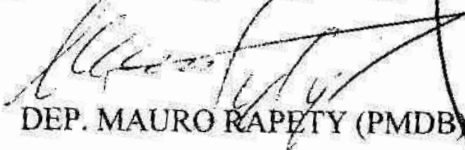
Observa-se que o Projeto de Lei está revestido de constitucionalidade posto que conforme dispositivos supramencionados o governador é competente para propor projeto de lei que permitam a concessão de subvenções sociais a entidades de direito privado sem fins lucrativos.

Diante do exposto observa-se que o projeto está em consonância com a norma constitucional em vigor, tendo obtido parecer favorável na CCJ com acréscimo de 06 Emendas Aditivas, e nesta Comissão de Fiscalização Controle e Finanças recebeu mais oito beneficiários: Associação das Vítimas e Amigos da Barragem de Algodões, e Fundação Monte TABOR, Fundação Onésimo Nogueira em Corrente -Pi, Rotary Club de Teresina Sul, Associação dos Moradores do Bairro João XXIII de Parnaíba, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário do Médio Parnaíba, Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes do Piauí. Cumprido o trâmite regimental, pelo que voto pela sua normal tramitação e aprovação, com as Emendas. É o parecer.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de dezembro de 2014.

  
DEP. MAURO RAPETY (PMDB)

relator

*inter*

*for*

*A*

*Ata* 12/14  
*Finanças*

